

“NA ESCOLA NÃO É LUGAR DE FICAR FALANDO ISSO NÃO”: A PERCEPÇÃO DE PROFESSORAS DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL SOBRE RAÇA E GÊNERO

Camila Marciles do Nascimento

<https://orcid.org/0009-0003-2594-514X>

John Jamerson da Silva Brito

<https://orcid.org/0000-0002-0502-5122>

Witembergue Gomes Zapparoli

<https://orcid.org/0000-0003-3452-2600>

Resumo: O presente texto constitui-se em uma reflexão e problematização sobre as relações de raça e gênero no contexto escolar, em específico nos anos iniciais do Ensino Fundamental, sendo um recorte do trabalho de conclusão de curso da primeira autora. Tendo em vista isso, o objetivo geral consiste em analisar as percepções de professoras dos anos iniciais do Ensino Fundamental sobre as relações de raça e gênero. O campo de pesquisa foi uma escola municipal localizada na cidade de João Lisboa/MA, com duas professoras de 1º e 2º ano. Para tanto, neste trabalho utilizou-se como instrumento metodológico o formulário com análise das respostas a partir dos estudos de gênero e raça numa perspectiva de educação antirracista e para as diferenças. Após percorrer esse caminho, é possível inferir que a percepção das professoras está imersa em aspectos culturais e sociais que apontam para uma visão conservadora de abordar-se sobre tais questões nos espaços escolares, pautadas em processos religiosos. As falas indicaram que elas não sentem-se aptas para trabalharem sobre gênero e não o desejam fazer, já sobre raça, trabalham apenas durante o mês da consciência negra, sendo algo pontual e que não perpassar a prática docente cotidiana.

Palavras-Chave: Gênero; Raça; Anos Iniciais; Percepção de Professoras;

“SCHOOL IS NOT THE PLACE TO TALK ABOUT THIS”: THE PERCEPTION OF TEACHERS IN THE EARLY YEARS OF ELEMENTARY SCHOOL ABOUT RACE AND GENDER

Abstract: This text constitutes a reflection and problematization on race and gender relations in the school context, specifically in the early years of Elementary School, being an excerpt from the first author's course completion work. With this in mind, the general objective is to analyze the perceptions of teachers in the early years of Elementary School about race and gender relations. The research field was a municipal school located in the city of João Lisboa/MA, with two 1st and 2nd year teachers. To this end, in this work the form was used as a methodological instrument with 1ase don of responses 1ase don gender and race studies from the perspective of anti-racist and differences education. After following this path, it is 1ase do to infer that the teachers' perception is immersed in cultural and social aspects that point to a conservative 1ase d of addressing such issues in school spaces, 1ase don religious processes. The statements indicated that they do not feel able to work on gender and do not wish to do so. Regarding race, they only work during Black Consciousness Month, being something specific and not permeating daily teaching practice.



Keywords: Gender; Race; Early Years; Teachers' Perception;

“LA ESCUELA NO ES EL LUGAR PARA HABLAR DE ESTO”: LA PERCEPCIÓN DE LOS DOCENTES DE LOS PRIMEROS AÑOS DE PRIMARIA SOBRE RAZA Y GÉNERO

Resumen: Este texto constituye una reflexión y problematización sobre las relaciones de raza y género en el contexto escolar, específicamente en los primeros años de la Educación Primaria, siendo un extracto del trabajo de finalización de curso del primer autor. Teniendo esto en cuenta, el objetivo general es analizar las percepciones de los docentes de los primeros años de Educación Primaria sobre las relaciones raciales y de género. El campo de investigación fue una escuela municipal ubicada en la ciudad de João Lisboa/MA, con dos profesores de 1º y 2º año. Para ello, en este trabajo se utilizó el formulario como instrumento metodológico con análisis de respuestas a partir de estudios de género y raza desde la perspectiva de la educación antirracista y de las diferencias. Siguiendo este camino, es posible inferir que la percepción de los docentes está inmersa en aspectos culturales y sociales que apuntan a una visión conservadora de abordar tales temas en los espacios escolares, basada en procesos religiosos. Las declaraciones indicaron que no se sienten capaces de trabajar en género y no desean hacerlo. En cuanto a raza, solo trabajan durante el Mes de la Conciencia Negra, siendo algo específico y no permeando la práctica docente diaria.

Palabras-Claves: Género; Carrera; Primeros años; Percepción de los docentes;

1. Considerações Iniciais

As discussões sobre raça e gênero vêm sendo amplamente debatidas em diversos espaços, e isso não foge à educação. Nos currículos escolares essas temáticas ora estão presentes diretamente, ora indiretamente, a partir das existências plurais e vivências de todos e todas. Em seu livro IX da obra *Ética a Nicômacos (1985)*, Aristóteles afirma que “o homem é um ser político e está em sua natureza o viver em sociedade”. Partindo dessa premissa que os seres humanos são sociais por natureza, percebe-se que o viver em comunidade traz uma série de adversidades inerentes à própria sociedade, de modo que os preconceitos, discriminações e estigmas são introduzidos ao longo das interações e modelos que a criança tem contato durante o seu desenvolvimento, além dos discursos inseridos nos modelos presentes no meio em que vivem.

A escola se apresenta como esse espaço que pode proporcionar sociabilidade, autonomia e interação para as crianças, mas também se torna um *lócus* de reprodução de certas normativas, principalmente a partir de uma lógica de reprodução

social no currículo, como aponta Sacristán (2013, p. 31) “o estímulo de reprodução na transmissão cultural que os adultos fazem às gerações de jovens, junto com as tradições escolares disciplinadoras” está presente na educação, e em como os currículos são constituídos.

Nesse prisma, a escola se torna um espaço importante que pode provocar, estimular e desenvolver cada criança para o pleno exercício da vida em comunidade, por isso a importância do debate acerca de raça e gênero desde os anos iniciais, tendo em vista que são temas que acompanham as pessoas antes mesmo do seu nascimento (Louro, 1997).

A pesquisadora Joan Scott (1989, p. 21) aponta que “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos”, então existe uma ideia de lógica relacionada ao biológico. Como se todas as pessoas que nascem com determinada genitália, devessem seguir o que aquele órgão (pênis ou vulva) indicam socialmente numa ideia de masculino e feminino. Nesse movimento, Scott (1989, p. 21) ainda afirma que “o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder”, então gênero está presente em todas as relações sociais, na família, escola, igreja e etc, pois é inerente aos seres humanos, e nos constituem. Então não há como fugir disso no espaço educacional, pois está “escrito” nos corpos de todos e todas que ali estão presentes.

Tal como o conceito de gênero, o conceito de raça é uma construção social, usado para explicar a diversidade humana e dividi-la em grupos, que geram uma hierarquização social. Para melhor compreensão desse significado, Guimarães (2008, p. 64) afirma que depende, “se estamos falando em termos científicos ou de uma categoria do mundo real”. Essa palavra ‘raça’ tem pelo menos dois sentidos analíticos: um reivindicado pela biologia genética e outro pela sociologia”. Dessa maneira, historicamente as raças foram definidas a partir de uma ideia biológica, porém o autor denuncia que isso não tem qualquer respaldo científico, pois a raça é um constructo social que foi utilizada como forma de dominação de um grupo social sobre outro.

Raça e gênero são vistos como categorias analíticas permeadas e forjadas através de construções sociais que transformam diferenças (biológicas e fenotípicas) em desigualdades. Antes de terem cunho científico, do qual conhecemos hoje, tais aspectos foram construídos historicamente sobre o viés da subordinação.

A sociedade brasileira tem vivenciado ao longo das últimas décadas, diversos movimentos de grupos sociais como movimentos feministas, negros e de Lésbicas,



Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneras (LGBT+) buscando direitos básicos para a cidadania. O marco legal para garantir direitos no Brasil é a Constituição de 1988, que previu garantias legais para diversos direitos. Entretanto, muitos desses são constantemente ameaçados, questionados, e em sua maioria não são efetivados na prática.

No campo da educação houveram avanços nas legislações contra o preconceito, como é o caso da Lei 10.639/2003 que obriga as escolas de ensino fundamental e médio a ensinarem história e cultura afro-brasileira. Essa implementação é uma das formas de combater o racismo estrutural, e de alguma maneira uma tentativa mais efetiva do Estado para lutar contra o racismo na sociedade, a partir de um movimento de educação mais plural. Entretanto, o mesmo não se efetiva com as questões de gênero. John Brito (2023) em sua pesquisa aponta como o termo “gênero” foi retirado da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2018, documento oficial que norteia os currículos e as práticas docentes no país, a partir de uma ideia conservadora e uma resistência que visa excluir pessoas que não se enquadrem em um determinado padrão, esperado para o gênero.

Essas questões criaram lacunas entre o que está definido na lei e o que está estabelecido na prática educativa de muitos docentes. Estas lacunas expressam-se fortemente na dificuldade de transformar ideias, valores e práticas que não são compatíveis com o respeito à diversidade das pessoas e a promoção da inclusão e da igualdade social na educação.

É nesse âmbito que esse trabalho está inspirado, e busca de alguma forma contribuir com os debates sobre raça e gênero nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Sendo assim estabelecemos como objetivo geral desse texto analisar as percepções de professoras dos anos iniciais do Ensino Fundamental de uma escola municipal de João Lisboa/MA sobre as relações de raça e gênero.

O campo de pesquisa é uma escola urbana, com duas professoras de 1º e 2º ano do Ensino Fundamental. Para tanto, neste trabalho utilizou-se a pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, utilizando métodos qualitativos. Como instrumento metodológico, elencamos o formulário estruturado, com análise das respostas a partir dos estudos de gênero e raça numa perspectiva de educação antirracista e para as diferenças.

A escolha do formulário como instrumento de pesquisa se justifica pela sua possibilidade de rápidas respostas, clareza e objetividade das perguntas, de forma

que as pessoas que respondem a ele consigam de maneira concisa, pontuar e refletir sobre o que está sendo questionado. Conforme Oliveira *et.al.* (2016, p. 10), o formulário é o “nome geral usado para designar uma coleção de questões que são perguntadas e anotadas por um entrevistador numa situação face a face com outra pessoa”.

Esse texto está organizado nessa primeira seção com algumas considerações iniciais sobre as temáticas abordadas. Na próxima seção apresentaremos um breve debate teórico sobre as questões de raça e gênero em interface no campo educacional. Na penúltima seção apresentaremos os caminhos até chegar nas professoras sujeitas dessa pesquisa, trazendo suas percepções sobre raça e gênero dialogando com os estudos de gênero para as diferenças e para uma educação antirracista. Por fim, trazemos algumas reflexões acerca da pesquisa nas considerações finais.

2. Raça, gênero em interface a educação nos anos iniciais

O significado do termo raça está estreitamente ligado ao ato de categorizar, que inicialmente se deu entre plantas e animais. Somente no século XVI passou-se a fazer referência a seres humanos, não sendo mais relacionado ao seu sentido biológico. Sua história faz referência a história da constituição política e econômica da sociedade. Nesse sentido, o uso do conceito raça no século XX foi de caráter político, que surgiu para explicar as características físicas de uma pessoa (Munanga, 2003) e ao mesmo tempo utilizado como justificativa para uma hierarquização social e dominação de um determinado grupo sobre outro.

No Brasil, a desigualdade é perene e persistente “tratar das relações entre brancos e negros na sociedade brasileira remete à discussão de como as diferenças e assimetrias entre os mesmos foram construídas desde o período da escravidão” (Euclides, 2017, p. 14). Nos dias de hoje ainda sim, é notável a existência de traços e vestígios dessa época, no que tange às desigualdades sociais que abrangem a esfera econômica, social e principalmente no campo da educação e das oportunidades, às pessoas pretas ou pardas são as que mais passam por tais adversidades.

No Brasil o mito da democracia racial (uma ideia que afirma que todos e todas são iguais, independente das suas etnias e raças) por muito tempo atrasou o debate



sobre o racismo, e na realidade continuou a reforçar essa ideia de superioridade ou inferioridade a partir do biológico.

[...]é impossível definir geneticamente raças humanas que correspondam às fronteiras edificadas pela noção vulgar, nativa, de raça. Dito ainda de outra maneira: a construção baseada em traços fisionômicos, de fenótipo ou de genótipo, é algo que não tem o menor respaldo científico. Ou seja, as raças são, cientificamente, uma construção social e devem ser estudadas por um ramo próprio da sociologia ou das ciências sociais, que trata das identidades sociais. Estamos, assim, no campo da cultura, e da cultura simbólica. (Guimarães, 2008, p. 65)

A raça então é entendida como uma construção social, que ao longo dos séculos foi utilizada para justificar formas de opressão e inferiorização de pessoas pela simples cor da pele ou características físicas de suas existências. Entretanto, essas justificativas não são aceitáveis, pois entende-se que isso faz parte de um processo de construção identitária, a partir de uma ideia de dominação e colonização feita por determinados povos em relação a outros que advém de um processo desde a colonização, que imbrica nos marcadores sociais de raça e gênero (Brito, 2023).

Assim como o termo raça, o termo gênero é resultante de debates políticos e também, teóricos. As primeiras discussões acerca do conceito de gênero tiveram início na década de 1960 através do movimento feminista, que na primeira onda lutou pelo direito ao voto, a mulher poder ser eleita, possuir trabalho remunerado e educação. Na segunda onda, onde reivindicaram pelo direito de serem unicamente responsáveis pelo seu corpo, por seu prazer e contra a subordinação da mulher perante o homem. Essas duas ondas tiveram o intuito de rejeitar a ultrapassada visão de que o gênero de um indivíduo seria definido no momento do nascimento, tendo em vista que esse conceito arcaico foi responsável por desigualdades e preconceitos históricos entre homens e mulheres, pois o homem era visto sempre como superior em relação a mulher, seja em aspectos físicos e até mesmo em aspectos cognitivos.

Essa visão acerca de gênero foi responsável inclusive por atribuir capacidades e aptidões a cada indivíduo de acordo com o seu sexo biológico, de modo que aos homens eram atribuídos serviços fora do âmbito domiciliar, geralmente relacionados ao uso da força, enquanto as mulheres eram definidas trabalhos de cunho familiar, como cuidar da casa e das crianças, portanto, limitando as capacidades individuais apenas pela questão biológica, deixando de lado os aspectos sociais e culturais de cada um.

Essas divisões binárias de gêneros, entre masculino e feminino, macho e fêmea, estão inscritas em uma lógica social, ao qual estabelece espaços, coisas, formas de ser, estar e agir que são condizentes com homens e com mulheres, mais que isso, que estabelecem como tais devem se comportar. Brito (2020, p. 24) denuncia que “[...] os papéis do ser homem e ser mulher são definidos unicamente pelos corpos expressos, definidos pelas normas de gênero. Dessa forma, é decidido aquilo que devemos gostar, usar, as cores certas, erradas, as roupas”.

Bruno Carrasco (2017, online) afirma que:

O que entendemos por homem e por mulher nos tempos atuais é diferente do modo como era o homem e a mulher em tempos passados. Por ser uma construção, não há um modelo único de ser homem ou de ser mulher, mas eles se transformam de acordo com o espaço e o período histórico. Existem diversos modelos do que possa ser homem e do que possa ser mulher que não são definidos pelo sexo biológico, mas pela relação histórica e cultural entre as pessoas.

Dessa forma, é necessário entender que os papéis de gênero vão se transformando dependendo de dado histórico momento, e de dada sociedade, isso ocorre por ser uma construção social e cultural. Nos últimos tempos algumas identidades de gênero que historicamente foram silenciadas e colocadas como subalternas vem emergindo, e essas pessoas vem buscando novas formas de serem e estarem no mundo, em busca de direitos básicos para existência.

Outro ponto de extrema relevância e poucas vezes tratada da forma como deveria é a desconstrução e pluralização do conceito de gênero, pois na maioria das vezes quando se discute a respeito de gênero e sexualidade, o senso comum já forma um pensamento dicotômico e polarizado entre o gênero masculino e feminino, como algo preestabelecido e imutável.

Apesar dos avanços alcançados pelos movimentos sociais negros, não raro nos deparamos com “casos mais diversos relacionados à discriminação, ao preconceito ou mesmo à negação dos direitos dos afrodescendentes” (Euclides, 2017, p. 14). Como expressa a reportagem do G1¹, no que se refere ao acesso de negros nas escolas, que cresceu consideravelmente na última década, no entanto, o ensino da cultura e história afro-brasileira ainda é um desafio. Índices educacionais

¹ Reportagem disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/11/20/acesso-de-negros-a-escolas-cresceu-na-ultima-decada-mas-ensino-da-cultura-e-historia-afro-brasileira-ainda-e-desafio.ghtml>. Acesso em 03 dez. 2023.



apresentados mostram ainda através dos dados no recorte por pretos e pardos se comparados aos brancos que as diferenças raciais ainda são constantes, nas categorias de evasão, anos de estudo, reprovação e analfabetismo. Tudo isso é reflexo dos anos de escravidão e subalternização.

Sabemos que a educação no Brasil é um direito constitucional garantido a todos e todas, na teoria, mas sua efetivação na prática é bem diferente, ao qual o acesso por vezes é dificultado por questões sociais que fogem a essa ideia de direito. Mas para as crianças negras do país, ainda há desafios particulares que precisam ser enfrentados, e apenas a mudança no ensino pode melhorar a autoestima dos alunos e alunas e a identificação com a escola, além de ser necessário um trabalho não somente para que elas acessem a escola, mas para que permaneçam nesses espaços.

As questões de gênero também estão nesse invólucro, pois, as pessoas que fogem ao que é considerado “normal” ou padrão também vem sofrendo, seja por repressões nos espaços escolares, *bullying*, violências que chegam até mesmo a agressões físicas, seja por não se sentirem parte da escola.

Brito (2023) através do seu estudo, problematizou como pessoas LGBTQ+ vivenciam suas trajetórias escolares apontando momentos de violência, de não identificação de si nos espaços escolares e nos currículos, pois de alguma maneira a escola parece ser um não lugar para as pessoas que não se enquadram em determinada norma, dentro dessa ideia binária de gênero.

É importante destacar que durante a infância os indivíduos começam a moldar sua identidade enquanto sujeito social, por isso, também é papel do professor e professora ajudar a criança nesse processo de descoberta e de formação de sua identidade de gênero e identidade sexual, pois sabe-se que a forma como a pessoa se identifica e se apresenta ao mundo, não é algo pronto, preestabelecido, a identidade de um indivíduo vai se construindo e se moldando a partir de experiências que ele tem ao longo da vida.

O que importa aqui considerar é que — tanto na dinâmica do gênero como na dinâmica da sexualidade — as identidades são sempre construídas, elas não são dadas ou acabadas num determinado momento. Não é possível fixar um momento — seja esse o nascimento, a adolescência, ou a maturidade — que possa ser tomado como aquele em que a identidade sexual e/ou a identidade de gênero seja “assentada” ou estabelecida. As identidades estão sempre se constituindo, elas são instáveis e, portanto, passíveis de transformação. (Louro, 1997, p. 9)

Trazendo para o campo dos anos iniciais, segue-se aquela velha lógica de que o menino brinca com bola e carrinho e a menina pula corda e brinca de boneca, e o que acontece com aquelas crianças que rompem a barreira do senso comum? O menino não pode brincar de pular corda? A menina não pode jogar bola? As dicotomias e binaridades (masculino/feminino) vão provocando agenciamentos, regulações e controles dos corpos nos espaços escolares.

As questões relacionadas ao gênero não estão inclusas no currículo oficial e formal, o que acaba resultando em uma consideração muito limitada durante os processos de formação profissional. Dessa forma, aquilo que é tido como conceito de gênero está ligado à compreensão popular do que é considerado masculino e feminino, ou ainda, referente ao sexo e à sexualidade.

É por causa desse tipo de problemática que é tão importante o debate e o processo de desconstrução do conceito de gênero desde os anos iniciais, tendo em vista que essa dicotomia entre masculino e feminino não é algo exclusivo da sociedade adulta, são questões que devem ser trabalhadas desde a infância, pois cada indivíduo vivencia e forma feminilidades e masculinidades diferentes uns dos outros.

Assim, como a discussão sobre gênero, é necessário investir na conscientização das novas gerações desde a infância com objetivo de prevenir a reprodução de estereótipos raciais e para erradicar as práticas discriminatórias e racistas. A família e a escola são alguns dos principais agentes responsáveis para que as relações étnico-raciais sejam introduzidas no cotidiano e na aprendizagem dos pequenos e pequenas de forma adequada, ajudando-os a compreender a complexidade do racismo, e da mesma maneira não só evitando, mas o combatendo também, em um processo de educação antirracista.

A escola tem o papel fundamental de formar e desenvolver em cada estudante durante todo o processo de ensino os valores básicos para o pleno exercício da vida em sociedade, trabalhando os aspectos culturais, sociais e cognitivos, dessa forma, percebe-se a relevância de se debater sobre as temáticas de raça e gênero desde os anos iniciais, aspectos de extrema importância para o desenvolvimento social do indivíduo.

Apesar de serem temas de amplo debate nas salas e corredores das universidades e até mesmo durante o ensino médio e, com um certo cuidado, durante



o ensino dos anos finais, ainda são tópicos considerados “tabus” para os/as docentes do ensino dos anos iniciais, gerando uma certa lacuna no processo de desenvolvimento social do indivíduo, pois são temas que tanto os/as professores e professoras, quanto pais, mães e responsáveis ainda têm certo receio de trabalhar com as crianças.

A educação então tornasse um importante dispositivo, ao qual não somente as relações entre raça e gênero podem ser problematizadas a partir de uma ideia de problemática, mas de locus de desconstrução, de transgressão, ao qual as pessoas que estão ali podem se tornar agentes de transformação e reflexão dos modos como a sociedade vem operando, no que tange ao racismo e as questões de gênero.

3. A percepção das professoras: o que suas falas indicam

Para análise das falas das professoras, optamos por separar por perguntas, dialogando e comparando o que cada uma delas falou, para trazer uma reflexão com os autores e autoras que pesquisam sobre raça e gênero, problematizando suas percepções a partir do campo educacional, da presença ou ausência dessas temáticas e mais propriamente do trabalho delas na escola em diálogo aos estudos de gênero e da educação antirracista.

Após as perguntas de identificação e características delas, apresentamos a partir da pergunta 07, que traz em seu enunciado: **7 - O que você entende por gênero? As duas trouxeram as seguintes respostas:** *“Não sei dizer bem, acho que eu tinha que ter estudado antes para falar mais sobre o assunto.”*² (Professora do 1º ano, 2023) e *“Já digo logo, sou evangélica, eu acredito que só existem dois tipos de gêneros, o homem e a mulher, como diz na bíblia”* (Professora do 2º ano, 2023).

A professora do 1º ano apresenta uma opinião de que não consegue falar sobre, pois entende que precisaria ter estudado. Talvez essa sua colocação faça parte de uma ideia que vem se propagando nos últimos anos, em que “gênero” vem sendo visto e tido como algo complexo, e em dados discursos algo ruim, como se não fosse parte de nós, e como se fosse necessária uma preparação para que se pudesse falar sobre isso, sendo que é algo que faz parte de nossa constituição antes mesmo de nascermos (Brito, 2023).

² Optamos por destacar as falas das professoras com o recurso itálico, para facilitar a identificação e diferenciação das citações diretas.

Já a professora do 2º ano foi bem enfática, e já apresentou um discurso religioso para justificar que acredita somente em dois gêneros. Brito (2020) em sua pesquisa indica uma ideia social de construção binária dos gêneros e sexos, ao qual socialmente foi estabelecido como Macho/Fêmea, Masculino/Feminino. Entretanto, é necessário problematizar essa lógica, a partir da ideia de que o gênero é uma construção social, conforme Scott (1989) aponta. Portanto, o gênero não pode ser somente visto nessa perspectiva binária, mas em uma ideia de pluralidade e diversidade, que permite um escape a essa dicotomia.

Ao realizar a pergunta **8 - O que você entende por raça? Obtive as seguintes respostas:** *“Acho que é sobre a cor das pessoas e suas origens.”* (Professora do 1º ano, 2023) e *“Não sei te dizer direito, mas eu acho que remete ao preconceito pela cor da pessoa, mas é algo que as pessoas se acostumam.”* (Professora do 2º ano, 2023).

Munanga (2003) nos ajuda a entender a dificuldade das professoras em conceituar tal termo. Durante muito tempo o conceito de raça esteve ligado a características físicas e biológicas, que de alguma forma tentaram justificar uma subalternização da população negra. Porém, através das problematizações ocorridas principalmente por teóricos e teóricas antirracistas, houve um movimento de desconstrução em tal conceito, ao qual hoje talvez possua outras nuances que transgridam a essas noções, e perpassem construções sociais e culturais. Esse processo complexo de desconstrução talvez tenha algo haver com essa dificuldade das professoras em abordar sobre tal termo, também levando em conta toda construção social e cultural entorno do conceito de raça.

Ao lançar a pergunta **9 - Você considera importante abordar as questões de raça e gênero na escola?** As professoras expressaram espanto ao ouvir a pergunta, mas responderam da seguinte forma:

Não gosto muito de falar sobre gênero, pois é algo difícil de lidar, pois eu já percebo o jeitinho de algumas crianças, eu até chamo a atenção, mas tem criança que já nasce com aquilo. Mas eu não tenho preconceito com quem é não. (Professora do 1º ano, 2023)

Percebe-se pela fala da professora do 1º ano que existe um certo tabu em abordar sobre gênero, quando ela expõe que “é algo difícil de lidar”. Brito (2023) traz a visão de que a sociedade divide as pessoas de acordo com seu órgão genital,



homem/mulher, rejeitando aquelas que nascem fora dos padrões estabelecidos, estipulando que determinados comportamentos são exclusivamente de meninas e outros apenas de meninos.

Louro (1997) em sua obra, aponta para uma dificuldade das escolas e de docentes em lidar com tais questões, pois existe uma construção social acerca do que é de menino, e o que é de menina, sendo as formas de ser, estar, agir, vestir-se, brincar a todo instante vigiadas, e por vezes punidas, quando não se enquadram mais nessa lógica. Já a professora do 2º ano responde:

Não acho interessante, só se acontecer algum caso de preconceito, mas não no cotidiano, pois trabalhar esses assuntos na idade deles é muito cedo. Eu sei que isso acontece por aí, mas na escola não é lugar de ficar falando isso não. E tem coisas mais importantes para serem trabalhadas nas escolas. (Professora do 2º ano, 2023)

A escola é tida como lócus de formação para vida em cidadania e para o combate ao preconceito e discriminação, é necessário que tais temas sejam abordados desde a infância, para que atitudes não sejam reproduzidas fora e dentro do âmbito escolar. No entanto, a professora do 2º ano considera que existem temáticas mais importantes a serem trabalhadas e que não é necessário abordar as temáticas em questão nos anos iniciais, a menos que aconteça alguma situação de preconceito.

A fala das duas professoras nos permitem perceber que elas focaram na palavra gênero, em suas respostas, deixando de lado a questão da raça. Os espaços escolares em especial os currículos vêm apresentando-se como lócus de produção e reprodução de diferenças, que excluem, silenciam e normatizam pessoas, corpos acerca das questões de gênero, principalmente, mas também de raça (Brito, 2023).

Indo ainda nessa perspectiva temos a pergunta **11 - Você aborda as questões de raça e gênero na sua prática pedagógica? Como?** A Professora do 1º ano responde:

Só é trabalhado a questão de raça uma vez por ano, em palestra e na disciplina de história, mas nunca na linguagem brasileira, sempre distorcendo. Sobre gênero, não é trabalho e não se pode falar sobre o assunto com os alunos, porque os pais vão achar que estamos induzindo as crianças para essas coisas. (Professora do 1º ano, 2023)

Como já mencionado, a professora aborda sobre raça apenas na disciplina de história e uma vez por ano por meio de palestra, mas não especificou em qual momento, o que nos remete ao dia nacional da consciência negra. Visto que muitas instituições brasileiras abordam sobre raça apenas nesta data, em um único dia.

O trabalho de Oliveira e Nascimento (2021) expressam isso, ao nomearam esse movimento de “pedagogia do evento” como algo que a grande maioria das escolas só realizam quando existe a necessidade de um evento, como é o caso da Consciência Negra, no mês de novembro. As autoras afirmam que por conta da lei de obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira esses espaços escolares sentem essa obrigação, somente nessa data. Porém, o que a pesquisa apontou, é que existe uma necessidade de tais temáticas serem abordadas ao longo do ano, e não somente nesses momentos, pois cria-se uma ideia de folclorização e distanciamento dessa temática, tendo em vista que ela está presente cotidianamente, marcada na presença de todos e todas no espaço escolar.

Com relação ao gênero, a professora expressou que não aborda a temática na sua prática pedagógica, trazendo a justificativa de que os pais possam não concordar, por achar que a professora está induzindo “as crianças para essas coisas”. (Professora do 1º ano, 2023). Nesse sentido, Carpes (2016) aponta que a temática gênero apesar de estar presente no dia-a-dia da sociedade, ainda sim, é definida como um “problema” por parte de pessoas que não compreendem o quanto é importante estas temáticas no nosso cotidiano, o que torna a temática conflituosa e por muitas vezes negligenciada e excluída (Brito, 2020).

Sobre essa pergunta ainda, a Professora do 2º ano responde:

Não, já tem tanta coisa que tenho que trabalhar. Nos é sugerido apenas trabalhar o livro de história, tem até um livro específico parece que o nome dele é “Afro”, alguma coisa nesse sentido, mas quase não uso ele, não acho interessante trabalhar com ele. (Professora do 2º ano, 2023)

A professora afirma que não aborda as questões de raça e gênero na sua prática pedagógica, com a justificativa que já tem muito conteúdo a ser trabalhado, mesmo a escola “sugerindo”. Santana, Silva, Lage (2018) ressalta a importância de repensar e refletir sobre as ações desenvolvidas no espaço escolar visto que os métodos tradicionais que durante muito tempo foram tidos enquanto inquestionáveis, já não conseguem responder aos anseios que emergem nesse novo século.



Louro (1997, p. 67, destaque do original) afirma que “o processo de ‘fabricação’ dos sujeitos é continuado e geralmente muito sutil, quase imperceptível”, ou seja, o que a autora nos sinaliza, é que por mais que as professoras afirmem não trabalharem com tais temáticas, elas os realizam no cotidiano escolar, a partir das divisões de filas, das repressões verbais sobre comportamentos, entre outras ações que são naturalizadas, e para quem está agindo ou observando, as vezes não compreendem sobre tal ótica.

Por último, foi questionado sobre a formação docente, **14. Você considera que sua formação docente lhe preparou para abordar sobre as temáticas de raça e gênero na educação? Se sim, conte sobre. Se não, relate como você percebe isso em sua prática docente.** A professora 1º e 2º ano responderam, “*Não, pois na época que iniciei a faculdade não se falava tanto das questões nas escolas como nos dias de hoje*”. (Professora do 1º ano, 2023) e “*Não, a escola não foca nessas coisas. Nosso foco é nas crianças com deficiência, que é mais preocupante*”. (Professora do 2º ano, 2023).

As professoras foram enfáticas ao afirmarem que não obtiveram uma formação acadêmica que as preparasse para abordar sobre raça e gênero. A professora do 1º ano acredita que esse fato se deu, pois, no período da sua formação as temáticas não eram temas debatidos nas escolas. A pesquisa de Brito (2023) também reforça isso, ao apontar que os cursos de graduação, em especial Pedagogia, não ofertam disciplinas de forma obrigatória sobre tais temáticas, impedindo que elas façam parte do processo formativo dos futuros/as professores/as.

Já a professora do 2º ano considera que não obteve formação que tratasse das temáticas citadas pois não são temas que as escolas abordam. Diante disso, emerge a importância da formação continuada dos/as professores/as, para que os conteúdos trabalhados possam estar alinhados com a realidade do contexto escolar vigente, visto que “o contexto escolar é composto por diferentes sujeitos, cujas identidades são diversas em aspectos étnico-raciais, de gênero, dentre outros. (Sousa, Galindo, Barbosa, 2022, p. 2)

Santana, Silva, Lage (2018, p. 6) salientam que “o espaço escolar como uma instituição reprodutora de ideologias e de valores sociais na sociedade moderna, a mesma pode ser transformadora ou opressora”. Nesse sentido, emerge para uma formação continuada pautada na perspectiva dos direitos humanos, associada aos valores democráticos, para que a prática docente possa voltar-se para discussões

daqueles que foram silenciados historicamente, e deixe de ser apenas um espaço de silenciamento e exclusão, para se tornar um espaço de acolhimento e transgressão/transformação.

4. Considerações Finais

A partir da problematização das falas, percebe-se que as professoras em dados momentos entendem como não necessário o trabalho com tais temáticas, mas ao mesmo tempo percebem a necessidade de se abordar sobre isso nas escolas. Talvez a relutância seja em partes por conta da formação social das mesmas, como uma delas indicou ser evangélica e haver resistência. Apesar disso, o que nota-se é que tais temáticas são extremamente importantes de se estarem nos anos iniciais, e as falas delas corroboram com essa ideia, mesmo que elas não percebam que podem estar reforçando ou até em dados momentos desconstruindo ideias de raça e gênero nas suas práticas cotidianas.

Através da análise das falas das professoras, foi possível problematizar que existe uma relutância ao tratar das questões de raça e gênero, as temáticas certamente não tiveram presente na formação acadêmica das educadoras, ou não de maneira eficiente para serem incorporadas à prática pedagógica, visto que as falas apontam para um despreparo em trabalhar esses conceitos em sala de aula. Suas falas expressam ainda que suas opiniões estão pautadas em crenças e ideologias enraizadas. Uma forma de mudar esse cenário é a formação continuada, que decerto pode agregar para uma nova perspectiva para o fazer docente. Dessa forma é possível possibilitar a quebra do ciclo de negação dessas manifestações, proporcionando a criação de uma nova abordagem no modo de pensar e agir no cotidiano escolar.

A pesquisa desenvolvida certamente não consegue problematizar tudo sobre raça e gênero nos anos iniciais, mas contribui com indícios de que emergem a abordagem na educação, apesar de muitas vezes não acontecerem, seja por receio ou por medo, como indicado em algumas falas das professoras. As discussões problematizadas até aqui não se encerram definitivamente, outras questões futuras podem surgir, o lócus da presente pesquisa foi voltado para uma escola em específico, mas que ao olhar para essa realidade podemos problematizar outras realidades.



Referências bibliográficas

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômacos**. Tradução do grego, introdução e notas de Mário da Gama Kury. Brasília: Editora da UnB, 1985.

BRITO, John Jamerson da Silva. **“CADA UM É O QUE QUISER, CADA UM É O QUE QUER”**: Vnarrativas de crianças sobre gêneros e sexualidades numa súplica à possibilidade de um currículo *queer*. 90f. Monografia (Curso de Pedagogia) - Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz, 2020.

BRITO, John Jamerson da Silva. **Nossa presença incomoda!?** A (re)produção dos currículos na formação/experiência de sujeitos/docentes LGBTIA+. 2023. 192 f. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Formação Docente em Práticas Educativas- PPGFOPRED) - Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz, 2023.

CARPES, Hellen Monique. **GÊNERO NA EDUCAÇÃO INFANTIL**. Florianópolis: 2016.

CARRASCO, Bruno. **O que é diversidade de gênero?** Disponível em: <<https://www.ex-isto.com/2017/10/diversidade-de-genero.html>>. Acesso em: 23 out. 2023.

EUCLIDES, Maria Simone. **Mulheres negras, doutoras, teóricas e professoras universitárias: desafios e conquistas**. 2017. 254f. – Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza (CE), 2017.

GUIMARÃES, Antonio. Raça, cor e outros conceitos analíticos. In O. Pinho & L. Sansone (Orgs.), **Raça - novas perspectivas antropológicas**. Salvador: EDUFBA. 2008. p. 63-82.

LOURO, Guacira Lopes. **Genero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista. Petropolis: Vozes, 1997. p. 14 -36.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ. 2003. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoes-de-raca-racismo-identidade-e-etnia.pdf>. Acesso em: 20 out. 2023

OLIVEIRA, Jose Clovis Pereira De et al.. O questionário, o formulário e a entrevista como instrumentos de coleta de dados: vantagens e desvantagens do seu uso na pesquisa de campo em ciências humanas. **Anais III CONEDU...** Campina Grande: Realize Editora, 2016. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/21719>. Acesso em: 22 out. 2023.

OLIVEIRA, Rosenilton Silva de; NASCIMENTO, Leticia Abilio. “Pedagogia do evento”: o dia da consciência negra no contexto escolar. **Campos - Revista de**

Antropologia, [S.l.], v. 22, n. 1, p. 135-158, jun. 2021. ISSN 2317-6830. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/campos/article/view/74239>. Acesso em: 15 nov. 2023.

SACRISTÁN, José Gimeno. O que significa o currículo? In: SACRISTÁN, José Gimeno (Org.). **Saberes e incertezas sobre o currículo**. Porto Alegre, Penso, 2013. p. 17-37.

SANTANA, José Diêgo Leite de; SILVA, Marciano Antonio da; LAGE, Allene Carvalho. **Gênero e Diversidade na Formação de Professores/as: Caminhos para uma Educação em Direitos Humanos**. In: VII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade, do III Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade e do III Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade, 2018, Rio Grande. 2018.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. New York, Columbia University Press. 1989. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf. Acesso em: 20 out. 2023.

SOUSA, Mariana Alves de; GALINDO, Monica Abrantes; BARBOSA, Maria Valéria. **Formação continuada de professores(as) da Educação Básica e o ensino das relações étnico-raciais: análises e contrapartidas às ausências epistemológicas**. Acta Scientiarum. Education, v. 44, n. 1, p. e62313, 6 set. 2022.

Submetido em 01/07/24.

Aprovado em 22/07/24.